

6

## Política Fiscal

### • Necessidades de Financiamento do Setor Público (NFSP)

O déficit nominal do setor público consolidado atingiu R\$ 5 bilhões, ou 5,3% do PIB, em março de 2001, ante superávit de R\$ 1,2 bilhão em março de 2000, equivalente a 1,2% do PIB. No acumulado em 12 meses, o déficit nominal aumentou de R\$ 53,4 bilhões em fevereiro de 2001 para R\$ 59,5 bilhões no mês seguinte, subindo de 4,8% para 5,3% do PIB, respectivamente. Essa piora no resultado nominal é decorrência do aumento dos juros nominais, provocado pela depreciação cambial de 5,7% em março último, e de seus efeitos sobre o saldo das dívidas em moeda estrangeira e indexadas ao câmbio.

No primeiro trimestre, o resultado primário foi superavitário em R\$ 15 bilhões — 5,3% do PIB —, ante R\$ 13,6 bilhões, ou 5,5% do PIB, registrados no primeiro trimestre do ano passado. Assim, a

meta fixada no acordo com o FMI para o período foi superada em quase 50%. No acumulado em 12 meses, o resultado de março do corrente ano foi R\$ 39,6 bilhões ou 3,5% do PIB, praticamente estável em relação a fevereiro. A melhoria do resultado dos estados e municípios e das estatais compensou a redução do superávit primário do governo federal.

Dois conjuntos de fatores explicam a queda do superávit primário do governo federal. Primeiro, houve redução das receitas (recolhimento extraordinário de depósitos judiciais em março de 2000 — não repetido neste ano — e redução da alíquota da CPMF entre 16 de junho de 2000 e 17 de março 2001). Segundo, aumentaram as outras despesas de custeio e de capital, tanto pelo efeito da aplicação da regra do duodécimo em 2000, sem correspondente em 2001, quanto do cumprimento da Emenda Constitucional nº 29/00, que elevou os recursos destinados à área de Saúde a partir de setembro do ano passado. Por sua vez, o crescimento do superávit primário dos estados e municípios deveu-se à maior arrecadação de ICMS (crescimento do produto) e cortes de despesas, resultado do ajuste fiscal dessas esferas de governo (renegociação das dívidas com a União e Lei de Responsabilidade Fiscal).

A dívida líquida do setor público consolidado atingiu R\$ 588,7 bilhões, ou 50,0% do PIB em março de 2001, contra R\$ 575,3 bilhões, ou 49,4% do PIB, no mês anterior. O aumento deveu-se ao impacto da depreciação cambial sobre as dívidas externa e mobiliária federal. Os títulos públicos federais (Tesouro e Banco Central) em mercado subiram de 42,3% do PIB em fevereiro para 43,4% do PIB em março, refletindo sobretudo o efeito do câmbio sobre as NBC-E, cujo saldo em mercado aumentou de R\$ 94,6 bilhões em fevereiro para R\$ 102 bilhões no mês seguinte.

TABELA 6.1

#### Necessidades de Financiamento do Setor Público<sup>a</sup>

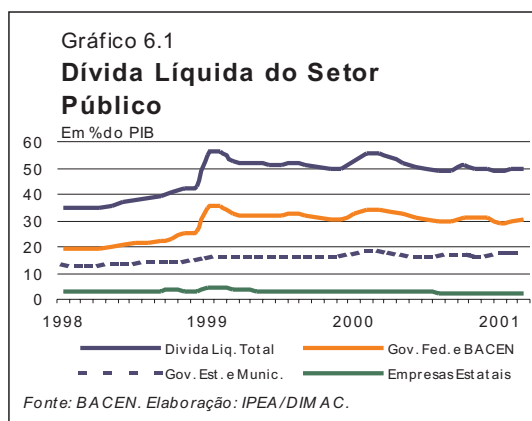
(FLUXOS DOS ÚLTIMOS 12 MESES - EM % DO PIB - COM DESVALORIZAÇÃO CAMBIAL)

| CATEGORIAS                                   | DEZ. 96 | DEZ. 97 | DEZ. 98 | DEZ. 99 | MAR. 00 | DEZ. 00 | FEV. 01 | MAR. 01 |
|--|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|
| <b>NOMINAL</b>                               | 5,87    | 6,11    | 8,02    | 9,52    | 4,57    | 4,57    | 4,78    | 5,28    |
| Governo Federal e Banco Central <sup>b</sup> | 2,55    | 2,64    | 5,47    | 6,55    | 2,06    | 3,20    | 3,69    | 4,23    |
| Estados e Municípios                         | 2,72    | 3,02    | 2,04    | 3,03    | 2,68    | 2,12    | 1,82    | 1,81    |
| Estatais                                     | 0,60    | 0,45    | 0,50    | -0,06   | -0,17   | -0,75   | -0,73   | -0,76   |
| <b>PRIMÁRIO</b>                              | 0,09    | 0,92    | -0,01   | -3,08   | -3,31   | -3,54   | -3,51   | -3,51   |
| Governo Federal e Banco Central <sup>b</sup> | -0,38   | 0,26    | -0,57   | -2,25   | -2,26   | -1,90   | -1,85   | -1,73   |
| Estados e Municípios                         | 0,55    | 0,73    | 0,20    | -0,21   | -0,43   | -0,56   | -0,57   | -0,62   |
| Estatais                                     | -0,08   | -0,07   | 0,36    | -0,62   | -0,62   | -1,08   | -1,09   | -1,16   |
| <b>JUROS NOMINAIS</b>                        | 5,78    | 5,19    | 8,03    | 12,60   | 7,88    | 8,11    | 8,29    | 8,79    |
| Governo Federal e Banco Central <sup>b</sup> | 2,93    | 2,38    | 6,04    | 8,80    | 4,32    | 5,10    | 5,54    | 5,96    |
| Estados e Municípios                         | 2,17    | 2,29    | 1,83    | 3,24    | 3,11    | 2,68    | 2,39    | 2,43    |
| Estatais                                     | 0,68    | 0,52    | 0,17    | 0,56    | 0,45    | 0,33    | 0,36    | 0,40    |

Fonte: Bacen/Depec.

<sup>a</sup> Valores positivos correspondem a déficits e negativos a superávits.

<sup>b</sup> A partir de 1999, "Governo Federal e Banco Central" inclui "INSS".



A despeito da instabilidade que tomou conta dos mercados financeiros, reduzindo a demanda por papéis prefixados mais longos, houve queda da participação relativa dos títulos indexados à taxa *over-selic*: de 51,5% no mês anterior para 50,8% em março. Foram emitidas liquidamente R\$ 881 milhões de LFT, montante inferior à emissão líquida de LTN, no valor de R\$ 2,5 bilhões. A participação dos títulos prefixados passou de 14,4% em fevereiro para 14,5% em março de 2001. Aumentou também a participação dos títulos cambiais — de 22,4% para 23,2% —, em consequência do referido aumento do saldo líquido de NBC-E.

O prazo médio da dívida mobiliária competitiva do Tesouro em mercado alcançou 25,9 meses em março, ante 26,4 meses de fevereiro. Para o decréscimo do prazo médio em março deste ano, contribuíram as ofertas públicas de LTN de apenas seis e 12 meses. Além disso, no caso das LFT, a única emissão ocorreu por reoferta para um dado vencimento, o que requereu a emissão de papéis mais curtos do que os colocados anteriormente para o mesmo vencimento. A elevação das taxas de juros nos mercados futuros levou o Tesouro a interromper, ao longo de abril, a colocação de papéis prefixados de modo a não sancionar movimentos de caráter transitório.

### ● Resultado Primário do Governo Central

Em março, o governo central obteve o melhor resultado do ano: superávit primário de R\$ 3,7 bilhões, com forte recuperação frente ao valor de fevereiro, de apenas R\$ 628 milhões. Isso deveu-se, principalmente, ao efeito que o maior número de semanas de fatos geradores — cinco semanas em março contra três em fevereiro — teve sobre a arrecadação da CPMF, do IRRF e do IOF, principais tributos com apuração semanal. No entanto, comparado a março de 2000, houve redução de R\$ 323 milhões no superávit — uma queda real de 16,5%.

O Tesouro Nacional manteve praticamente o mesmo superávit primário em termos nominais, porém com queda real de 8,7%. Por outro lado, o aumento

do déficit do INSS foi expressivo: R\$ 353 milhões, o que equivale a um aumento real de 62,4%. Esse resultado é explicado por fatores eventuais, como o aumento nas concessões de benefícios represados nos meses anteriores e a antecipação para fevereiro de parte da arrecadação bancária em função dos feriados do carnaval. Foram concedidos 307,1 mil novos benefícios, representando aumento de 31,3% em relação a março de 2000. Vale salientar que esses novos benefícios são concedidos com valor médio superior ao de igual período do ano passado, significando um incremento de R\$ 212,8 milhões à despesa.

No primeiro trimestre de 2001, o governo central acumulou um superávit primário de R\$ 6,9 bilhões, valor próximo do alcançado no mesmo período de 2000. Em termos reais, o resultado primário decresceu 10,1%, devido, sobretudo, à queda real do superávit do Tesouro Nacional. Já o déficit do INSS elevou-se 1,6% em termos reais, sendo bastante influenciado pelo resultado de março — pelos motivos explicados acima —, devendo crescer ainda mais nos próximos meses em função do reajuste do salário mínimo.

A queda real no superávit do Tesouro Nacional é explicada, sobretudo, pela expansão de 5,5% das suas despesas (excluindo as transferências aos estados e municípios). As maiores variações se concentraram nos subsídios (102,5%) e nos OCC (10%). No primeiro caso, registrou-se o aumento dos gastos com o programa de financiamento às exportações (Proex). A depreciação de 13,4% da taxa de câmbio média e a expansão de novos financiamentos explicam, em grande parte, o aumento nominal de 66% nos gastos desse programa. Além disso, os programas de subsídios à agricultura expandiram-se em R\$ 241,2 milhões, destacando-se os destinados à política de preços agrícolas. No caso dos OCC, a expansão de R\$ 1 bilhão destinada à área da saúde foi o principal fator de pressão. A Emenda Constitucional nº 29/00 determina que os gastos desse setor<sup>1</sup> num determinado ano cresçam pelo menos à mesma taxa de variação do PIB nominal do ano anterior. Vale ressaltar que, em 2000, os dispêndios com OCC no primeiro trimestre obedeceram à regra do duodécimo em função da aprovação tardia da Lei Orçamentária Anual. Com isso, a base de comparação em 2000 foi menor. A média dos gastos com OCC no primeiro trimestre de 2000 situou-se em R\$ 3,0 bilhões comparado à média de 2001, que foi de R\$ 3,3 bilhões, caso se desconte o efeito da expansão das despesas com saúde. Esse efeito, obviamente, tende a se diluir no restante do ano.

Os gastos com pessoal apresentaram crescimento real de 1,8% no primeiro trimestre de 2001. A reestruturação salarial de algumas carreiras do funcionalismo público desde meados do ano passado, o aumento dos militares a partir de janeiro deste ano e

<sup>1</sup> Gastos do Ministério da Saúde excluídos os dispêndios com inativos e pensionistas e pagamento de dívidas.

### Câmbio e Dívida Pública em 2001

A expressiva depreciação do real frente ao dólar, ocorrida no primeiro trimestre deste ano (10,5%), pressionou o déficit e a dívida públicos. A DLSP atingiu 50% do PIB em março, ante aos 49,3% em dezembro de 2000 e as NFSP acumuladas em 12 meses elevaram-se a 5,3%, diante dos 4,6% registrados em dezembro do ano passado. Considerando o exposto acima e visando saber até que ponto a atual trajetória do câmbio é compatível com as metas da dívida pública, que até o presente têm sido cumpridas, este *box* objetiva projetar a DLSP e NFSP para 2001, simulando um cenário provável para a taxa de câmbio.

Em março de 2001, cerca de 40,8% da DLSP eram diretamente afetadas pelo câmbio, sendo 19,5% devidos à dívida externa líquida e 21,3% à dívida interna. Por sua vez, os títulos públicos federais atualizados pela variação cambial, nesse mês, atingiram 23,2% da dívida mobiliária federal em mercado. Essa relação cresceu no primeiro trimestre deste ano — aumentando, com isso, a sensibilidade da dívida e do déficit às variações do câmbio —, porque o governo sancionou a maior demanda do mercado por *hedge* cambial, aumentando a oferta de NBC-E. A maior demanda por dólares foi causada, sobretudo, pelo chamado “efeito contágio” da crise da Argentina — pontuado por boatos de mudança do regime de conversibilidade — e agravado, internamente, pela inexistência de um mercado maduro de instrumentos privados de cobertura cambial. Assim, praticamente toda demanda por *hedge* cambial dirige-se para os títulos públicos (NBC-E), agravando potencialmente a situação fiscal.

O exercício de simulação apresentado a seguir considerou um cenário em que a taxa de câmbio sofre redução moderada em relação ao nível atual (R\$/US\$ 2,18 em abril), atingindo a média anual de R\$/US\$ 2,10, sendo as seguintes as outras hipóteses relevantes: a) taxa *over-selic* (% a.a.): 15,5; b) inflação (IGP-DI médio, % a.a.): 8,5; crescimento real do PIB (% a.a.): 4,2; e superávit primário (% PIB): 3,0. Supõe-se também a manutenção das participações relativas das dívidas cambiais na DLSP e na dívida mobiliária em 40,7% e 23%, respectivamente. De acordo com a tabela a seguir, estima-se que a relação DLSP/PIB se situe em 49,9% e a relação NFSP/PIB atinja 3,8% em 2001. A sensibilidade da dívida e déficit públicos à depreciação cambial resulta dos efeitos diretos desta sobre a atualização e conversão em reais dos saldos das dívidas interna e externa.

### DLSP e NFSP: Estimativas para 2001

EM % do PIB

| VARIÁVEL | R\$/US\$ <sup>a</sup> | DLSP <sup>b</sup> | DÍVIDA MOBILIÁRIA <sup>b</sup> | NFSP <sup>c</sup> | JUROS NOMINAIS <sup>c</sup> |
|----------|-----------------------|-------------------|--------------------------------|-------------------|-----------------------------|
| Valores  | 2,1                   | 49,9              | 44,6                           | 3,8               | 6,8                         |

Fonte: Banco Central (dados primários). Elaboração: CFP/DIMAC/IPEA.

Notas: <sup>a</sup> taxa de câmbio média, <sup>b</sup> saldos em final de período, <sup>c</sup> fluxos acumulados no ano.

No intuito de conter a tendência de alta da taxa de câmbio e sua volatilidade, o Banco Central depara-se com as seguintes estratégias de política econômica: a) elevar juros e ofertar maciçamente NBC-E, sem intervir diretamente no mercado de divisas; ou b) vender parte das reservas em dólares no mercado cambial, sem precisar elevar tanto os juros. Qual das duas estratégias teria menor custo fiscal, em termos de elevação da DLSP e NFSP? Por um lado, a estratégia a sinaliza ao mercado certa estabilidade da política econômica, preservando as regras dos atuais regimes monetário (metas de inflação) e cambial (câmbio flutuante); em compensação, o *timing* do ajuste da taxa de câmbio - que dependerá da sensibilidade dessa taxa aos juros e à oferta de NBC-E — pode ser relativamente longo, de forma que o déficit e a dívida se deteriorem no curto prazo. Por outro lado, b pode exercer um efeito mais rápido sobre a taxa de câmbio, porém ao custo de uma redução — talvez substancial — no nível de reservas, o que implica um custo fiscal imediato (reservas são ativos do setor público). Além disso, a intervenção direta no mercado cambial fomentaria a incerteza dos agentes quanto aos reais instrumentos e objetivos da política econômica. Conquanto os efeitos fiscais líquidos das estratégias (a) e (b) sejam desconhecidos, sabe-se que o custo fiscal de permitir que a taxa de câmbio continue se depreciando é significativo. Segundo estimativas do próprio BACEN, a depreciação de 1% do real frente ao dólar aumenta em 0,21 ponto percentual a relação DLSP/PIB. Isso significa que, de acordo com a simulação apresentada neste *box*, se a taxa média de câmbio estimada para este ano se elevasse para R\$/US\$ 2,15 (depreciação de 2,4% em relação aos R\$/US\$ 2,10 do cenário básico), então a relação DLSP/PIB cresceria 0,5 ponto percentual, atingindo 50,4% ao final de 2001 (*caeteris paribus*).

o crescimento vegetativo da folha salarial são os principais fatores explicativos.

As transferências aos estados e municípios cresceram 3,1% em termos reais, destacando-se o aumento de R\$ 1 bilhão nas transferências constitucionais em razão do aumento da base de distribuição dos fundos de participação dos estados e municípios, fruto do aquecimento da atividade econômica no final do ano passado e início deste ano. Além disso, contribuiu o aumento de 60,3% do repasse oriundo do pagamento dos *royalties* da Petrobras. Somente nesse item, foram transferidos R\$ 640,5 milhões.

O aumento do déficit previdenciário do INSS no trimestre deveu-se, principalmente, ao crescimento na concessão de benefícios, destacando-se o salário-maternidade, que teve um aumento de 61,2% no número de benefícios concedidos. A mudança da legislação na concessão desse benefício — que passou a ser pago exclusivamente pelo INSS — e sua universalização explicam essa considerável expansão. No entanto, as aposentadorias por tempo de contribuição e por idade apresentaram decréscimos de 10,3% e 6,6%, respectivamente. Portanto, embora os benefícios previdenciários tenham crescido 3,5% em termos reais — em razão do aumento da concessão do salário-maternidade, do valor do salário mínimo e do reajuste para as demais contribuições — esse crescimento foi amortecido pela introdução do fator previdenciário e pela imposição de um limite mínimo de idade para acesso aos benefícios. Essas medidas atingiram os benefícios de maior valor médio, como as aposentadorias por tempo de contribuição e por idade.

Para 2001, os dados do primeiro trimestre sugerem a manutenção de um ajuste primário compatível com a meta acordada com o FMI. O crescimento econômico acima de 4% deverá impulsionar as receitas do Tesouro Nacional e do INSS nos próximos meses, aumentando a arrecadação de impostos e contribuições como IPI, IOF, IR, Cofins e CPMF. Além disso, as receitas de concessões e as diretamente arrecadadas serão uma importante fonte de financiamento do superávit primário, devido à considerável expansão já sinalizada no primeiro trimestre.

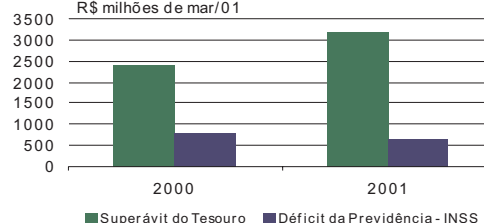
Ainda assim, não se espera ganhos significativos do superávit primário do governo central em relação a 2000. O resultado acima da linha em 2000 foi de R\$ 21,2 bilhões, mantendo-se praticamente constante em março no acumulado de 12 meses. A deterioração nos resultados abaixo da linha é maior ainda, apontando uma queda de R\$ 912 milhões na

Gráfico 6.2

### Composição do Resultado Primário do Governo Central

Jan-Mar 2001/2000

R\$ milhões de mar/01



Fonte: STN/MF. Elaboração: CFP/DIMAC/IPEA.

TABELA 6.2

### Resultado Primário do Governo Central 2000/2001<sup>a</sup>

(R\$ MILHÕES DE MARÇO/01)

| DISCRIMINAÇÃO                                | MAR/00 | MAR/01 | VARIAÇÃO (%) | JAN-MAR/00 | JAN-MAR/01 | VARIAÇÃO (%) |
|--|--------|--------|--------------|------------|------------|--------------|
| I. Receita Total                             | 22.254 | 21.613 | (2,9)        | 61.607     | 63.189     | 2,6          |
| I.1 Receita do Tesouro                       | 17.485 | 16.966 | (3,0)        | 47.976     | 49.051     | 2,2          |
| I.2 Receita do INSS                          | 4.769  | 4.647  | (2,6)        | 13.631     | 14.138     | 3,7          |
| II. Despesas                                 | 17.771 | 17.870 | 0,6          | 53.722     | 56.107     | 4,4          |
| II.1 Transferências aos Estados e Municípios | 3.756  | 3.081  | (18,0)       | 10.999     | 11.340     | 3,1          |
| II.2 Benefícios Previdenciários              | 5.262  | 5.448  | 3,5          | 15.574     | 16.113     | 3,5          |
| II.3 Despesas do Tesouro                     | 8.753  | 9.340  | 6,7          | 27.150     | 28.654     | 5,5          |
| II.3.1 Pessoal e Encargos Sociais            | 4.618  | 4.731  | 2,4          | 15.315     | 15.587     | 1,8          |
| II.3.2 Despesas do FAT <sup>b</sup>          | 719    | 604    | (16,0)       | 1.549      | 1.358      | (12,3)       |
| II.3.3 Outras Despesas de Custeio e Capital  | 3.121  | 3.653  | 17,0         | 9.853      | 10.834     | 10,0         |
| II.3.4 Subsídios e Subvenções                | 294    | 353    | 19,8         | 433        | 875        | 102,1        |
| III. Resultado do Governo Federal            | 4.483  | 3.743  | (16,5)       | 7.884      | 7.082      | (10,2)       |
| III.1 Resultado do Tesouro                   | 4.976  | 4.544  | (8,7)        | 9.827      | 9.056      | (7,8)        |
| III.2 Resultado do INSS                      | (493)  | (801)  | 62,4         | (1.943)    | (1.975)    | 1,6          |
| IV. Resultado do Banco Central               | (54)   | (43)   | (20,0)       | (170)      | (148)      | (13,0)       |
| V. Resultado Primário (III+IV)               | 4.429  | 3.700  | (16,5)       | 7.714      | 6.934      | (10,1)       |

Fonte: STN/MF. Elaboração: IPEA/DIMAC/CGFP.

<sup>a</sup> Engloba Tesouro Nacional, INSS e Banco Central.<sup>b</sup> Inclui Abono, Seguro-Desemprego e demais despesas.

comparação dos primeiros trimestres de 2001 e 2000. A razão para se não esperar ganhos na margem (havendo, inclusive, a possibilidade de ocorrerem perdas) está no crescimento previsto dos gastos, principalmente dos dispêndios em OCC. A disposição do governo em acelerar seus programas e o efeito da Emenda Constitucional da saúde deverão elevar o patamar desses dispêndios. Os gastos discricionários do governo central deverão crescer em torno de 8,5%, em termos reais. Além disso, o decreto de programação financeira contingenciou R\$ 7,4 bilhões de gastos aprovados na Lei Orçamentária, como forma de cumprir a meta fiscal. Logo, os excessos de arrecadação deverão ser destinados para elevar esses gastos, porém sem comprometer o superávit primário. Além disso, os gastos com pessoal deverão crescer 6,2% em termos reais, atingindo R\$ 64,5 bilhões em 2000, segundo o decreto de programação financeira. Portanto, maiores folgas no superávit primário deverão se originar nas outras esferas do setor público, principalmente estaduais e municípios.

### ● Arrecadação

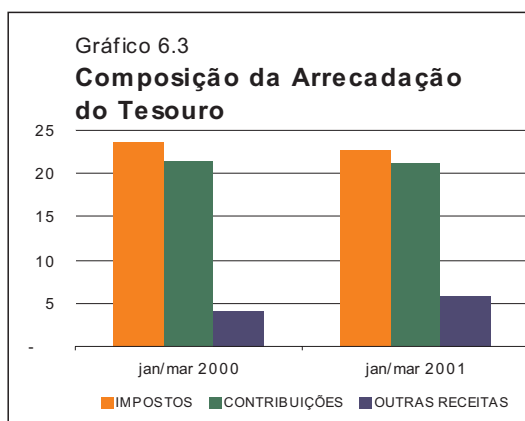
Em março de 2001, a arrecadação total bruta do governo central, incluindo a receita líquida do INSS, alcançou R\$ 21,9 bilhões, correspondente a uma redução real da ordem de 3,4% em relação a março de 2000. A receita bruta do Tesouro alcançou R\$ 17,2 bilhões, correspondendo a uma queda real de 3,5% em relação ao mesmo mês do ano passado, enquanto a receita líquida do INSS também apresentou queda real de 2,7%, alcançando o montante de R\$ 4,6 bilhões no mês.

A queda real da receita do Tesouro só não foi mais significativa em função do aumento real de 79,4% nas Outras Receitas, que alcançaram R\$ 2,7 bilhões em março do corrente ano, contra R\$ 1,5 bilhão no mesmo mês de 2000, graças, essencialmente, ao crescimento das receitas de concessão, derivadas do leilão da Banda D, ocorrido em fevereiro, que contribuiu para uma arrecadação de R\$ 1,3 bilhão em março.

Esse fato amenizou bastante as quedas reais verificadas nas arrecadações de impostos (-12,2%) e de contribuições (-10,2%). No caso dos impostos, destaca-se a queda real verificada no Imposto de Renda (-19,7%), com destaque para o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (-49,7%) que refletiu o efeito da arrecadação extra, relativa a depósitos judiciais, ocorrida em março de 2000, no valor de R\$ 975 milhões, ao mesmo tempo em que se verificou uma redução substancial na arrecadação gerada nos pagamentos por estimativa. Esse fato anulou totalmente o desempenho positivo do IRRF, derivado do aumento de 24,3% real no imposto sobre remessas para o exterior, sobre outros rendimentos

(+16,3%) e sobre rendimentos do trabalho (+6,5%), esse último como reflexo natural da recuperação verificada no mercado de trabalho, tanto do ponto de vista do emprego, como do aumento de salários

No caso do IPI, verificou-se uma queda real de 3%, derivada essencialmente da queda do IPI-outras (-13,6%), que resultou da reestruturação de alíquotas determinada pelo Decreto 3.581/00. Essa redução real ofuscou o desempenho do IPI-automóveis (+14,7%), reflexo do aumento de 38,7% nas vendas ao mercado interno, e do IPI-bebidas (11,7%), que foi determinado pelo fim, em abril de 2000, da



compensação de tributos devidos, com créditos de terceiros.

No que se refere às contribuições, a queda real alcançou, em comparação com março de 2000, cerca de 10,2%, em função especialmente do desempenho da CSLL (-47,2%), que também havia apresentado uma elevada arrecadação extra em 2000 oriunda de depósitos judiciais (R\$ 461 milhões). Já a CPMF, que também apresentou queda real (-10,6%), teve o seu desempenho determinado pelo fato de a alíquota de 0,38%, que havia diminuído em 17 de junho 2000 para 0,3%, só ter retornado ao patamar anterior na metade do mês, afetando a arrecadação em comparação com o ano passado. Já no que se refere à Cofins e ao PIS-Pasep, essas contribuições acompanharam o desempenho econômico, apresentando, respectivamente, crescimentos reais de 4% e de 4,9%.

No que diz respeito à arrecadação acumulada no ano, a receita bruta do Tesouro teve crescimento real de apenas 1,4%, sendo que os impostos apresentam queda real de 3,1% e as contribuições, de 1,6%. Além disso, a CPMF também apresenta redução (-14,1%) pelos motivos já expostos no parágrafo anterior. A Cofins e o PIS-Pasep apresentam aumentos de 9,5% e de 8,3%, respectivamente, decorrentes do aumento da atividade econômica, por um lado, e da mudança na forma de tributação do setores de combustíveis e automotivo.

TABELA 6.3

**Evolução da Arrecadação Federal : Jan-Mar de 2001**

(R\$ MILHÕES DE MARÇO/01)

|  | MAR/00 | MAR/01 | VARIAÇÃO (%) | JAN-MAR/00 | JAN-MAR/01 | VARIAÇÃO (%) |
|--|--------|--------|--------------|------------|------------|--------------|
| Impostos                               | 8.657  | 7.603  | -12,2        | 23.586     | 22.843     | -3,1         |
| Imposto sobre a Renda                  | 6.186  | 4.970  | -19,7        | 16.315     | 15.227     | -6,7         |
| IRPF                                   | 187    | 176    | -6,1         | 585        | 494        | -15,5        |
| IRPJ                                   | 2.869  | 1.442  | -49,7        | 6.275      | 4.468      | -28,8        |
| IRRF                                   | 3.130  | 3.352  | 7,1          | 9.455      | 10.266     | 8,6          |
| IPI                                    | 1.506  | 1.461  | -3,0         | 4.502      | 4.562      | 1,3          |
| IOF                                    | 274    | 317    | 16,0         | 770        | 860        | 11,8         |
| Imp. sobre Importação (II)             | 688    | 851    | 23,7         | 1.943      | 2.179      | 12,1         |
| ITR                                    | 3      | 4      | 37,5         | 56         | 14         | -75,1        |
| Contribuições                          | 7.694  | 6.906  | -10,2        | 21.507     | 21.165     | -1,6         |
| CPMF                                   | 1.541  | 1.378  | -10,6        | 4.084      | 3.507      | -14,1        |
| Cofins                                 | 3.262  | 3.392  | 4,0          | 10.061     | 11.013     | 9,5          |
| PIS/PASEP                              | 806    | 846    | 4,9          | 2.522      | 2.732      | 8,3          |
| CSLL                                   | 1.598  | 843    | -47,2        | 3.282      | 2.543      | -22,5        |
| Outras (1)                             | 487    | 447    | -8,1         | 1.557      | 1.371      | -12,0        |
| Outras Receitas (2)                    | 1.526  | 2.739  | 79,4         | 4.166      | 5.942      | 42,6         |
| Receita Total Bruta do Tesouro (3)     | 17.877 | 17.248 | -3,5         | 49.258     | 49.950     | 1,4          |
| Receita da Previdência Social          | 4.778  | 4.647  | -2,7         | 13.657     | 14.138     | 3,5          |
| Receita Total Bruta do Governo Central | 22.655 | 21.895 | -3,4         | 62.915     | 64.087     | 1,9          |

Fonte : SRF/MF. Elaboração: IPEA/DIMAC/CGFP.

(1) Engloba a CPSS e Contrib. para FUNDAF.

(2) Engloba os dividendos, concessões, outras receitas administradas e receitas diretamente arrecadadas.

(3) Exclui as receitas do INSS. Não estão deduzidos os incentivos fiscais e restituições.

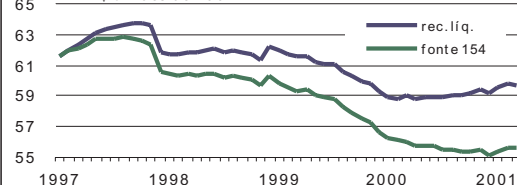
No que tange à arrecadação da previdência social, a queda real apresentada em março, em comparação com o mesmo mês de 2000, é sobretudo resultante da redução da conversão de depósitos judiciais, que caíram de R\$ 255 milhões para R\$ 85 milhões, e do aumento das transferências ao sistema S, que passaram de R\$ 263 milhões para R\$ 353 milhões. Esses fatos anularam o crescimento da chamada arrecadação bancária que inclui, sobretudo, a contribuição de empregados e empregadores à previdência social, e que passou de R\$ 4,2 bilhões para R\$ 4,7 bilhões como resultado do aumento na massa salarial. Esse aumento, na verdade, só não foi maior porque, em fevereiro do corrente ano, a arrecadação do último dia do mês, que é apropriada no conceito de caixa no mês seguinte, acabou, por força dos feriados de carnaval, por ser antecipada em alguns dias, entrando como arrecadação do próprio mês de fevereiro.

A trajetória de 12 meses da receita da fonte 154 do INSS, correspondente à contribuição de empregados e empregadores à previdência social, já reflete, aliás, uma reversão da tendência de queda verificada desde 1998, destacando-se também que a arrecadação das demais receitas do INSS, que incluem, entre outras, o Simples, CDP, depósitos judiciais e Refis, têm aumentado consideravelmente suas contribuições para o desempenho da arrecadação total do INSS.

Gráfico 6.4

**Evolução, em 12 Meses, da  
Receita Total Líquida e de  
Fonte 154 do INSS**

Em R\$ bilhões de 2001



Fonte: MPAS. Elaboração: IPEA/DIMAC.

Nota: último dado se refere a março de 2001.

Apesar do desempenho relativamente fraco da arrecadação total do governo central, que no primeiro trimestre do ano cresceu apenas 1,9% em termos reais na comparação com igual período de 2000, cabe salientar que continua sendo esperado um comportamento bastante favorável para a arrecadação de 2001. De fato, até o momento ainda não surtiram efeitos financeiros as medidas de combate à sonegação aprovadas recentemente, mas cuja notória eficácia deverá contribuir para a arrecadação no segundo semestre do ano. Por outro lado, e apesar das recentes elevações de taxa de juros básica da economia, espera-se que o desempenho da ativida-

TABELA 6.4

**Dívida Mobiliária Federal por Indexador<sup>a</sup>**

| INDEXADOR  | MARÇO DE 2000 |                              | DEZEMBRO DE 2000 |                              | MARÇO DE 2001 |                              | VARIAÇÃO (%) |             |
|------------|---------------|------------------------------|------------------|------------------------------|---------------|------------------------------|--------------|-------------|
|            | R\$ MILHÕES   | PART. (%) DO TOTAL DA DÍVIDA | R\$ MILHÕES      | PART. (%) DO TOTAL DA DÍVIDA | R\$ MILHÕES   | PART. (%) DO TOTAL DA DÍVIDA | NO TRIMESTRE | EM 12 MESES |
| Câmbio     | 98.728        | 22,5                         | 118.616          | 21,7                         | 118.769       | 23,2                         | 0,1          | 20,3        |
| TR         | 12.725        | 2,9                          | 25.691           | 4,7                          | 22.525        | 4,4                          | -12,3        | 77,0        |
| IGP-M      | 3.072         | 0,7                          | 8.746            | 1,6                          | 15.358        | 3,0                          | 75,6         | 400,0       |
| Over-Selic | 258.010       | 58,8                         | 286.428          | 52,4                         | 260.063       | 50,8                         | -9,2         | 0,8         |
| Prefixado  | 57.043        | 13,0                         | 83.633           | 15,3                         | 74.231        | 14,5                         | -11,2        | 30,1        |
| TJLP       | 8.776         | 2,0                          | 0                | 0,0                          | 0             | 0,0                          | -            | -           |
| Total      | 438.793       | -                            | 516.114          | -                            | 546.618       | -                            | 5,9          | 24,6        |

Fonte: Banco Central do Brasil. <sup>a</sup> Títulos fora do Banco Central.

de econômica se reflita em maior crescimento da receita do Tesouro e também do INSS, cabendo lembrar que a própria elevação da taxa de juros, por si só, tende a contribuir para o aumento de impostos

como o Imposto de Renda retido na fonte, IRRF, no caso de ganho de capital, e também no Imposto sobre Operações Financeiras.